

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 723.814 - RS (2015/0130657-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : MAURÍCIO DAL AGNOL
ADVOGADOS : ERLITA FERRAZ BARBOZA - RS070335
ROCHELLI CHRISTIANE WEISSHEIMER E OUTRO(S) -
RS079069
AGRAVADO : OI S.A
ADVOGADO : DANIELA LEMKE BARCELLOS E OUTRO(S) - RS070768
ADVOGADA : LUDMILA DE CÁSSIA GARCIA SCHUCH - RS065271

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por MAURÍCIO DAL AGNOL, em face de acórdão assim ementado (fl. 254):

AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO JULGADO MONOCRATICAMENTE. CASO CONCRETO. MATÉRIA DE FATO. Decisão que se mantém pelos seus próprios fundamentos jurídicos, legais e fáticos. Agravo Interno desprovido.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 277/280).

Nas razões do especial, o ora agravante alega violação dos arts. 22, *caput*, § 2º, 23 e 24, *caput*, § 3º, da Lei n. 8.906/94; e 20, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil/1973. Afirma que "é direito do profissional da advocacia receber a contraprestação pelo serviço realizado e é de sua titularidade o recebimento dos honorários de sucumbência" (fl. 291); e que "a suspensão ora decretada (...) é provisória e não retroage ao momento da prestação dos serviços realizados" (fl. 293).

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

O Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, concluiu pela não liberação dos valores referentes aos honorários contratados, assim se pronunciando (fls. 255/256):

(...) pretende o advogado, ora agravante, a expedição de alvará para o levantamento das verbas honorárias.

“No entanto, independente da regularidade da representação

processual, é fato notório que o advogado, ora agravante, encontra-se com sua licença para advogar suspensa em todo o território nacional em decorrência de atos cometidos em prejuízo de seus clientes.

“Assim, como medida preventiva de novos prejuízos às partes foi editado o Ofício Circular 022/2014 pela CGJ, determinando o cancelamento de todas as ordens de pagamento ainda não sacadas e que foram geradas por meio de alvarás automatizados tendo como autorizado o advogado Maurício Dal Agnol – OABRS/43205.

A análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pela origem, demandaria inevitável reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte. Nessa direção:

PROCESSUAL CIVIL. RESERVA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E ANÁLISE DE MATERIAL PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

1. Na hipótese em exame, o Tribunal de origem consignou que 'a matéria devolvida à apreciação desta Corte está relacionada ao indeferimento da reserva de honorários requerida em sede de execução promovida em face do Estado do Rio Grande do Sul. Estabelece o Estatuto da OAB, Lei nº 8.906/94, em seu art. 22, que são assegurados aos advogados os honorários convencionados, os fixados por arbitramento judicial e os de sucumbência. Ainda, tal dispositivo legal prevê a possibilidade de que sejam destacados os honorários convencionados, desde que traga aos autos, antes da expedição do mandado de levantamento ou precatório, o contrato firmado com a parte (...) Em que pese tal determinação esteja de acordo com a jurisprudência uníssona desta Corte, o caso ora posto em julgamento merece especial atenção. Isso porque o agravante possui contra si diversas suspeitas de práticas de atos ilícitos, tendo sido amplamente divulgadas na mídia, razão pela qual a liberação de valores ao Dr. Maurício Dal Agnol merece extrema cautela. Deve-se atentar, inclusive, que a sua inscrição perante a Ordem dos Advogados do Brasil encontra-se suspensa em razão de tais acusações, devendo ser mantida, portanto, a decisão de indeferimento. Ademais, não há que se olvidar que houve incontestável quebra do princípio da confiança entre cliente e advogado, cujas causas são bastante razoáveis para revogação do mandato e, quiçá, até para questionar o contrato de honorários

firmado, tendo em vista o desfecho constatado em face do suposto cumprimento dos poderes outorgados. Não há que se desconsiderar, ainda, o fato de ter havido a contratação de novos procuradores, o que por certo onerará muito mais a parte contratante do que imaginava, o que se deve inquestionavelmente a esta quebra da confiança. Ainda, corroborando este entendimento, há recomendação emitida pela Corregedoria-Geral de Justiça no Ofício Circular nº 022/2014-CGJ (...) Assim, voto por negar provimento ao recurso interposto, mantendo a decisão que indeferiu o pedido de reserva dos honorários' (fls. 489-493, e-STJ, grifos no original).

2. O acolhimento da pretensão recursal demanda a análise das cláusulas contratuais, bem como do contexto fático-probatório dos autos, o que é inviável em Recurso Especial, ante a incidência das Súmulas 5 e 7/STJ.

3. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 792.845/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/02/2016)

No mesmo sentido, monocraticamente, em feitos análogos: AREsp 1.102.205/RS, rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe de 4/9/2017; AREsp 875.823/RS, rel. Ministro GURGEL DE FARIA, DJe de 1/9/2017; AREsp 798.134/RS, rel. Ministro RAUL ARAÚJO, DJe de 7/4/2017; AREsp 958.019/RS, rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe de 13/3/2017; AREsp 1.047.525/RS, rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe de 9/3/2017; AREsp 735.009/RS, rel. Ministro MARCO BUZZI, DJe de 10/8/2016, entre outros.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo e nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora